



GESTÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE: POTENCIALIZANDO A EJA COM TICS

**Prof^a Dra. Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva¹; Grace Favila de Figueiredo
Carvalho²**

¹ Professor Colaborador do MPEJA, UNEB
Grupos de pesquisa em que atua: Sociedade, Conhecimento, Política e Desenvolvimento
(Uneb) mmiranda@uneb.br

² Docente da Educação básica do Estado da Bahia
Linha de Pesquisa: Gestão Educacional e Tecnologias da Comunicação
gracekellycarvalho@gmail.com

**EIXO TEMÁTICO 6: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR
NA EJA.**

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios históricos, como a diversidade de trajetórias, a exclusão digital e a necessidade de formação docente contínua. Nesse contexto, a gestão escolar assume papel estratégico na integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ao articular políticas educacionais, mediar práticas pedagógicas e promover a inclusão digital. O estudo tem como objetivo analisar o papel da gestão escolar na promoção do uso das TICs na EJA, identificar estratégias de apoio aos professores e compreender a influência da formação continuada na consolidação de práticas pedagógicas inovadoras. A pesquisa será realizada no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC), em Salvador- BA e classifica-se como de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quanto aos objetivos como pesquisa exploratória, utilizando como procedimentos metodológicos a análise documental, o levantamento bibliográfico, as entrevistas semiestruturadas e a observação participante. Participarão do estudo a Direção, a Vice Direção, a Coordenação Pedagógica e Professores da EJA. Como produto final, será desenvolvido um blog que funcionará como guia prático, ao oferecer subsídios teóricos e metodológicos para gestores e docentes. O blog buscará fortalecer a gestão escolar, aperfeiçoar a atuação dos professores e consolidar práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e contextualizadas, por promover a integração efetiva das TICs às práticas educacionais. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para o fortalecimento da gestão e o aprimoramento das práticas pedagógicas na EJA, ao estimular o uso crítico e criativo das tecnologias digitais no processo educativo.

Na Educação de Jovens e Adultos, a gestão escolar tem a função estratégica de atuar como articuladora de políticas educacionais, mediar as práticas pedagógicas e incentivar o protagonismo dos professores. Cabe à gestão assumir a atribuição administrativa e tecnológico-pedagógica, criar condições favoráveis à transformação das práticas dos educadores, promover a inclusão digital e estimular o uso pedagógico das TICs. Essa atuação busca fortalecer a prática docente, ampliar as possibilidades de aprendizagem e



contribuir para uma educação inovadora, participativa e alinhada às demandas contemporâneas do século XXI.

Diante dessa realidade, como a gestão escolar promove a integração das TICs nas práticas pedagógicas da EJA, quais estratégias são adotadas para apoiar os professores e de que forma essas ações contribuem para superar os desafios do uso das tecnologias, consolidando práticas pedagógicas inovadoras? A partir dessa problemática, objetiva-se examinar como a gestão escolar promove a integração das TICs nas práticas pedagógicas da EJA. Nesse sentido, destacam-se como objetivos específicos: identificar os fatores que possibilitam a implementação de estratégias satisfatórias de apoio aos professores na utilização das TICs na EJA; apontar as principais dificuldades dos docentes na integração tecnológica; avaliar como a formação continuada contribui para superá-las a fim tornar as práticas pedagógicas mais inovadoras e significativas.

Dessa forma, a justificativa do estudo baseia-se na necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas da EJA, articulando formação continuada docente e atuação estratégica da gestão escolar. Considera-se essencial atender à diversidade de trajetórias e experiências dos estudantes adultos, promovendo inclusão, equidade e aprendizagem significativa, conforme destacam Kenski (2012), Moran (2007), Silva e Viana (2019) e Arroyo (2007).

Nesse contexto, a pesquisa será realizada no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC), em Salvador-BA, Instituição referência na Educação de Jovens e Adultos e na oferta de cursos profissionalizantes, destacando-se pelo desenvolvimento de projetos voltados à promoção da inclusão, ao estímulo da participação estudantil e à valorização da diversidade cultural.

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, qualitativa e exploratória, utilizando como procedimentos metodológicos a análise documental, o levantamento bibliográfico, as entrevistas semiestruturadas e a observação participante. Essa abordagem qualitativa permite compreender os significados, as experiências e os desafios vivenciados pela gestão escolar na integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), fornecendo subsídios para a elaboração de um guia prático voltado a docentes e gestores (Minayo, 2014; Gil, 2017). Participarão do estudo a direção, a vice direção, os coordenadores pedagógicos e os professores da EJA, todos diretamente envolvidos com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem.

Logo, como produto final, será elaborado um blog que atuará como guia estratégico para fortalecer a gestão escolar, apoiar os professores e incentivar a integração efetiva das TICs. Espera-se, assim, que os achados da pesquisa promovam a transformação social, ampliem o protagonismo docente e valorizem o aprendizado dos estudantes adultos. O uso de recursos digitais e aplicativos educacionais favorecem a organização dos conteúdos, estimula a colaboração entre os professores e amplia a competência tecnológica no ambiente escolar (Costa, 2022).

Nesse sentido, a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na EJA deve ser planejada e contextualizada, considerando as trajetórias diversas e frequentemente interrompidas dos estudantes adultos, o que exige atenção à acessibilidade, ao engajamento e à relevância dos conteúdos. Para que essa integração seja efetiva, é fundamental oferecer formação continuada aos professores, capacitando-os a utilizar as ferramentas de forma pedagógica, reflexiva e organizada. Todavia, a eficácia dessa integração depende da colaboração entre gestão escolar, coordenação pedagógica e professores, fortalecendo a prática docente e ampliando as oportunidades



de aprendizagem. Silva e Viana (2019) afirmam que “a equipe gestora tem papel fundamental na implementação das TICs, sendo responsável por garantir a infraestrutura necessária e promover a formação continuada dos professores”. De forma complementar, Jantsch, E. (2012) ressalta que “a gestão escolar deve estar atenta às necessidades tecnológicas, promovendo ações que integrem as TICs ao processo pedagógico”

A Educação de Jovens e Adultos começou a se consolidar como política pública a partir da década de 1970, quando o governo brasileiro implementou programas de alfabetização e cursos supletivos. Esse processo, porém, foi gradual e desigual, caracterizado por expansão limitada a determinadas regiões, dificuldades de infraestrutura, de formação de professores e estigmatização social sendo, muitas vezes, percebido como “ensino de segunda categoria” (Lopes, 2010, p. 32). Pedagogicamente, os modelos iniciais eram repetitivos e mecanicistas, sem considerar a experiência do aluno (Libâneo, 2004, p. 78); institucionalmente, havia carência de recursos, políticas inconsistentes e escassez de profissionais qualificados (MEC, 2001, p. 50). Apesar desses desafios, a EJA evoluiu, incorporando inclusão, flexibilização curricular, valorização da experiência do aluno, metodologias contextualizadas, integração das TICs e formação continuada de professores, refletindo avanços significativos na política educacional para jovens e adultos (Lopes, 2010, p. 35).

A EJA no Brasil surgiu como uma prática compensatória voltada a oferecer oportunidades de aprendizagem àqueles que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade adequada. Inicialmente centrada na alfabetização e no desenvolvimento de habilidades essenciais, essa modalidade passou a ser compreendida de forma mais ampla e inclusiva. Nesse sentido, a Constituição Federal (1988) reconhece a EJA como um direito social fundamental, ao garantir a educação como dever do Estado e da família e assegurar atendimento especializado aos que não concluíram seus estudos na idade apropriada (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/Lei nº 9.394/1996), a EJA ganhou respaldo legal e estrutura mais formal como política pública. A LDB reconheceu a EJA como modalidade regular de ensino equiparada à educação básica; estabeleceu diretrizes para alfabetização e educação supletiva garantindo o direito à aprendizagem ao longo da vida; incentivou sua expansão em todo o país, com atenção à diversidade de trajetórias e à inclusão social; e reforçou a responsabilidade do Estado na oferta da modalidade, ampliando o papel da gestão escolar. A LDB (1996) reforça essa concepção ao regulamentar sua oferta com flexibilidade curricular, metodológica e de horários, valorizando as experiências de vida dos estudantes e permitindo a conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares.

A partir da LDB, a EJA foi ainda mais fortalecida por programas como Brasil Alfabetizado, Proeja, Pronatec e, mais recentemente, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo (2024), que ampliaram o acesso, a inclusão e a formação docente. Dessa forma, enquanto nos anos 1970 a EJA iniciou sua consolidação por meio de programas de alfabetização e cursos supletivos, a LDB e os programas subsequentes formalizaram e expandiram sua existência como política pública, conferindo-lhe legitimidade, normatização e condições para maior abrangência estrutural e social.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender a Educação de Jovens e Adultos em sua singularidade, reconhecendo as trajetórias de vida e as experiências dos estudantes. Conforme enfatiza Miguel Arroyo (2007), a EJA não deve ser entendida apenas como uma “segunda chance”, mas como um direito que requer políticas públicas sólidas,



formação qualificada de educadores e práticas pedagógicas voltadas à inclusão, à equidade e à transformação social. Essa concepção reforça a importância de uma atuação proativa e comprometida da gestão escolar na construção de uma educação mais democrática e significativa.

De acordo com o Documento Base Nacional da EJA (SECADI/MEC, 2008), essa modalidade deve ultrapassar os limites da alfabetização, abrangendo também a conclusão do ensino fundamental e médio, em articulação com políticas públicas e programas de formação profissional. O documento enfatiza a necessidade de metodologias contextualizadas, que considerem os diferentes ritmos e trajetórias de vida dos estudantes, bem como a relevância da participação social no planejamento e na efetivação das políticas educacionais voltadas à EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios históricos que comprometem sua efetividade, entre eles a exclusão digital, o acesso limitado dos estudantes às tecnologias e a necessidade de formação continuada dos professores para o uso pedagógico das TICs. Esses fatores dificultam a integração tecnológica e a promoção de uma aprendizagem significativa (SECADI, 2008; Silva; Viana, 2019). Superar tais obstáculos exige a implementação de políticas públicas consistentes, investimentos em infraestrutura tecnológica e uma atuação articulada da gestão escolar, capaz de promover a inclusão, a equidade e a qualidade do ensino (Arroyo, 2007; Souza; Oliveira, 2023).

Nessa circunstância, as reflexões de Paulo Freire (1996) tornam-se fundamentais, ao defender uma educação libertadora, pautada na formação continuada dos professores e na gestão democrática. Tais princípios orientam a integração crítica e emancipadora das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo educativo, promovendo práticas pedagógicas contextualizadas e transformadoras (Gonçalves; Nascimento, 2016). Em suma, a articulação entre gestão democrática, formação continuada e uso crítico das TICs promove inovação pedagógica, fortalece a autonomia docente e garante uma EJA inclusiva, contextualizada e alinhada aos princípios freireanos, contribuindo para a transformação social e valorização do aprendizado dos estudantes adultos da EJA.

Palavras-chave: EJA; TICs; Gestão.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação de jovens e adultos: histórico, políticas e desafios. Brasília: MEC, 2001.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Base Nacional. Brasília, 2008. Disponível em: <https://forumeja.org.br/brasil/documento-base-nacional-2/>. Acesso em: 16 out. 2025.

COSTA, Ana Paula. O uso de aplicativos digitais na EJA e a formação continuada dos professores. Salvador: Universidade Estadual da Bahia, 2022. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/items/3f7194a6-f029-4666-b7a3-873a61595bf2?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 out. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Paula Cristina Santos; NASCIMENTO, Luciana Ribeiro do. Tecnologias digitais e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos. Salvador: EDUFBA, 2016.

JANTSCH, Erich. A gestão escolar e a integração das TICs: perspectivas e desafios. São Paulo, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LOPES, Maria Helena. Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

MEC. Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja>. Acesso em: 16 out. 2025.

MINAYO, Maria de Lourdes. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2007.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.